

Município da Ribeira Grande

# Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

2018

## Introdução

---

O Município da Ribeira Grande apresenta demonstrações financeiras consolidadas relativas a 31 de Dezembro de 2018, com base na Portaria 474/2010 de 15 de Junho e no Artigo 75.º da Lei 73/2013 de 3 de Setembro.

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) não contém quaisquer normas respeitantes a consolidação, pelo que optámos pela aplicação das regras de consolidação contidas no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, que transpõe para o direito interno as normas de consolidação de contas, estabelecidas na 7ª diretiva (83/349/CEE), aprovada pelo Conselho das Comunidades Europeias em 13 de Junho de 1983.

O presente Anexo apresenta as notas aplicáveis ao Grupo Público, conforme previsto no Decreto-Lei nº 158/2009, assim como as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo, tal como exigidas pela alínea d) do nº 7 do Artigo 75º da Lei nº 73/2013.

## I – Informações relativas às entidades no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

### Nota 1 – Entidades incluídas na consolidação

Entidade	Sede	Objeto Social	% Capital	Motivo
Município de Ribeira Grande	Largo Conselheiro Hintze Ribeiro, Ribeira Grande	Administração Local	---	a)

Motivo de inclusão no perímetro de consolidação:

- a) Entidade mãe;

### Nota 2 – Entidades consolidadas pelo método proporcional

Entidade	Sede	Objeto Social	% Capital	Motivo
EIRSU – Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel, EIM	Rua El-Rei D Carlos I, nº 27, 1º Esq., Ribeira Grande	Desenvolvimento de sistemas de abastecimento de águas, de sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas, de sistemas de limpeza pública e de recolha e transporte de resíduos sólidos, de desenvolvimento e inovação empresarial e de requalificação ambiental	33%	a)
PONTE NORTE – Cooperativa de Ensino e Desenvolvimento da Ribeira Grande	Rua de Nossa Senhora de Fátima, nº 36, Vila de Rabo de Peixe, Ribeira Grande	Ensino, na vertente de formação técnica ou profissional; promoção e apoio a atividades no âmbito da cultura, turismo, tempos livres, desporto e, em geral, a tudo o que disser respeito ao desenvolvimento local do Concelho da Ribeira Grande	44%	b)

Motivo de aplicação da consolidação proporcional:

- a) Empreendimento conjunto com as Autarquias de Lagoa e Vila Franca do Campo, em que cada uma detém 33% e controlam conjuntamente a entidade.
- b) Empreendimento conjunto com os membros fundadores Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande, Associação Agrícola de S. Miguel, Associação Empresarial da Ribeira Grande; Associação de Turismo da Ribeira Grande; Cooperativa Agrícola Costa Norte; Cooperativa Ecos do Norte e Clube Naval de Rabo de Peixe.

## **II – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada**

---

### **Nota 3 – Insuficiências das normas de consolidação**

---

Não existindo normas específicas de consolidação de contas em ambiente POCAL, foram utilizadas as normas estabelecidas no Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho do Plano Oficial de Contabilidade, com as exceções indicadas na Nota 4.

### **Nota 4 – Derrogação às normas de consolidação**

---

O POCAL não prevê a aplicação do método de equivalência patrimonial, mas apenas a redução da quantia escriturada quando a quantia recuperável da participada é inferior.

## **III. Informações relativas a compromissos**

---

### **Nota 5 – Compromissos financeiros não evidenciados no balanço consolidado**

---

O Município no seu Balanço incorpora todos os compromissos financeiros, com exceção das garantias prestadas pelo Município, cujo compromisso só será de relevar se houver acionamento da respetiva garantia.

## **IV. Informações relativas a políticas contabilísticas**

---

### **Nota 6 – Critérios de valorimetria**

---

#### **Bens de Domínio Público**

---

Os bens de domínio público adquiridos até 31 de Dezembro de 2000 foram valorizados pelo método do custo ou do valor de substituição/reposição, o qual corresponde ao cálculo do montante que seria necessário para construir o imóvel em estado novo, com materiais equivalentes aos que foram utilizados na origem, corrigido da depreciação sofrida até a data de avaliação.

Na avaliação dos terrenos subjacentes às frações, fogos habitacionais ou comerciais foi utilizado o método de mercado, que corresponde à avaliação do preço corrente de mercado. Entende-se por valor atual dos bens o seu valor em estado novo, deduzido da depreciação ocorrida à data da avaliação.

Para os bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2001, na valorização dos bens de domínio público foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

## Imobilizações incorpóreas

---

As imobilizações incorpóreas foram valorizadas ao custo de aquisição e são amortizadas pelo período de vida útil que esteja estipulado.

## Imobilizações corpóreas

---

Bens adquiridos até 31 de Dezembro de 2000:

A avaliação dos bens imóveis foi realizada de acordo com o método do custo ou o método de mercado (conforme o descrito para os Bens de Domínio Público). Para os bens móveis, utilizou-se como regra o critério do custo histórico e, nos casos em que tal era impossível, recorreu-se a uma avaliação por comparação a bens já avaliados, com as mesmas características.

Para os bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2001 foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção. No Município para alguns bens obtidos a título gratuito considerou-se o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definidos nos termos legais.

As amortizações da generalidade dos bens do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, pelo que os bens terminados ou adquiridos no exercício de 2018 sofreram a primeira amortização no presente ano económico.

No caso das entidades participadas, as amortizações dos bens de imobilizado são calculadas por aplicação das taxas máximas conforme previsto no Decreto Regulamentar aplicável.

É de referir que no processo de consolidação não foi realizada a harmonização de taxas aplicadas pelas entidades participadas com as utilizadas pelo Município.

## Investimentos financeiros

---

Os Investimentos Financeiros foram contabilizados pelo custo de aquisição.

## Existências

---

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas pelo custo de aquisição.

## Dívidas de e a terceiros

---

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. Quando haja uma um significativo risco de cobrança são efetuados ajustamentos para refletir a potencial perda.

## Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

## Especialização de Exercícios

Os custos e proveitos são registados quando incorridos ou obtidos, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

## V. Informações relativas a determinadas rubricas

### Nota 7 – Movimentos ocorridos nas rubricas de ativo imobilizado

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado podem ser resumidos como segue.

#### Ativo Bruto

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Transferências e abates	Saldo final
Bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios	0	0	0	0
Outras construções e infra-estruturas	75.888.472	633.182	895.725	77.417.379
Bens do património histórico, artístico e cultural	35.109	7.378	40.798	83.285
Outros bens de domínio público	2.089.503	159.369	142.381	2.391.252
Imobilizações em curso	1.370.722	2.829.081	-1.117.550	3.082.253
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0	32.805	-32.805	0
	79.383.805	3.661.815	-71.451	82.974.169
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	0	0	0	0
Despesas de investigação e desenvolvimento	940.802	37.846	588.466	1.567.114
Propriedade industrial e outros direitos	954.122	15.466	-351.208	618.381
Outras imobilizações incorpóreas	0	0	0	0
Imobilizações em curso	0	0	0	0
	1.894.925	53.312	237.258	2.185.495
Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	3.545.837	359.297	-1.684	3.903.450
Edifícios e outras construções	83.403.757	1.240.740	-14.917	84.629.580
Equipamento básico	1.285.266	61.519	-244.039	1.102.746
Equipamento de transporte	1.576.224	57.746	-55.537	1.578.433
Ferramentas e utensílios	210.854	2.728	183.461	397.043
Equipamento administrativo	3.101.272	47.942	-227.395	2.921.820
Outras imobilizações corpóreas	413.244	4.532	91.477	509.253
Imobilizações em curso	349.911	286.789	-322.228	314.473
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0	32.805	-32.805	0
	93.886.367	2.094.098	-623.667	95.356.798
Investimentos Financeiros				
Partes de capital	0	0	0	0
Obrigações e Títulos de Participação	849.276	-303.314	0	545.963
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0	0	0	0
	849.276	-303.314	0	545.963
<b>Total</b>	<b>176.014.374</b>	<b>5.505.910</b>	<b>-457.860</b>	<b>181.062.424</b>

## Amortizações e ajustamentos

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios	0	0	0	0
Outras construções e infra-estruturas	6.075.244	705.170	-1.239	6.781.653
Bens do património histórico, artístico e cultural	3.747	869	-31.808	36.424
Outros bens de domínio público	1.356	806	1.239	923
	6.080.347	706.845	-31.808	6.819.000
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	0	0	0	0
Despesas de investigação e desenvolvimento	314.808	17.046	45.998	285.856
Propriedade industrial e outros direitos	330.553	36.551	-154.895	521.998
	645.361	53.596	-108.897	807.854
Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	4.857	3.548	0	8.405
Edifícios e outras construções	14.611.077	1.583.302	12.972	16.181.407
Equipamento básico	1.116.830	54.196	202.024	969.002
Equipamento de transporte	1.170.472	78.145	55.537	1.193.080
Ferramentas e utensílios	167.560	24.318	-141.054	332.932
Equipamento administrativo	2.784.122	121.771	228.858	2.677.035
Outras imobilizações corpóreas	329.239	28.691	-104.186	462.116
	20.184.156	1.893.972	254.151	21.823.977
Investimentos Financeiros				
	0	0	0	0
	26.909.864	2.654.413	113.446	29.450.831

## Nota 8 – Movimentos ocorridos nas rubricas de ativo circulante

Activo Circulante	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Cobrança Duvidosa	580.352	91.298	13.247	658.403
<b>Total</b>	<b>580.352</b>	<b>91.298</b>	<b>13.247</b>	<b>658.403</b>

## Nota 9 – Dívidas a terceiros vencíveis a mais de cinco anos

O Grupo apresenta as seguintes dívidas com um prazo de pagamento superior a 5 anos

Entidade	Empréstimos	Entidade Credora	Valor do empréstimo	Data de Vencimento	Capital em dívida
MUNICÍPIO DA RIBEIRA GRANDE	Financiamento 41,02% 37 fogos Ribeirinha	BANIF	1.234.079	30-10-2027	568.054
	Financiamento 17,96% e 20% R. e R.S.	BANIF	811.900	29-11-2027	304.462
	Financiamento 20% 48 fogos R. Peixe	BANIF	191.529	29-11-2027	75.814
	Financiamento de 40% 26 fogos de R. Peixe nos termos DL 110/85 de 17 de Abril e Portaria 1149/01 de 29 de Setembro	BCP	1.037.389	30-06-2035	810.303
	Financiamento de 20% 26 fogos R. Peixe - Parte dos Capitais Pps	BCP	511.411	30-06-2035	285.364
	Financiamento 40% 15 fogos Ribeira Seca	BPI	543.057	25-10-2027	211.619
	Financiamento 40% 48 fogos Rabo de Peixe	BPI	1.702.289	21-11-2027	722.790
	Habitação (50%) de 16 fogos Loteamento de Sta Luzia	CGD	242.705	11-01-2024	82.126
	Financiamento 40% valor de aquisição dos fogos já construídos (10 Doma e 29 Rpeixe), nº9 do artigo 33º da LOE/06	CGD	1.552.056	31-05-2032	860.685
	Financiamento Cap. Pp. valor de aquisição dos fogos já construídos (10 Doma e 29 Rpeixe), nº9 do artigo 33º da LOE/06	CGD	334.237	01-03-2032	192.549
	Empréstimo no âmbito do Decreto-Lei nº 110/85, de 17 de Abril e Portaria nº 1149/01 de 29 de Setembro, para aquisição de 3 fogos na Ribeirinha	CGD	102.478	16-02-2034	65.679
		CGD	1.500.000	20-07-2035	1.342.105
		CGD	920.200	15-07-2036	1.421.053
	Financiamento do valor dos Cap. Pps. Na aquisição de 47 fogos em Rabo de Peixe e 3 fogos na Ribeirinha	CCAM	816.571	13-01-2034	550.321
	Financiamento da Obra de Construção do S. B.	CEMAH	2.000.000	18-05-2032	2.000.000

## Nota 10 – Vendas e prestações de serviços por atividades e mercados geográficos

A totalidade das vendas e prestações de serviços, no montante de 3.217.410,32 euros realizaram-se no mercado interno.

## Nota 11 – Situações que afetem significativamente os impostos futuros

As entidades participadas encontram-se sujeitas a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 16,80% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No



apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

O Município de Ribeira Grande está isento de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e eventual correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social). Deste modo as declarações fiscais dos últimos cinco anos poderão ainda ser sujeitas a revisão, embora as entidades participadas não antevejam situações que possam originar correções significativas.

#### Nota 12 – Remunerações atribuídas aos órgãos sociais da entidade-mãe

As remunerações certas e permanentes de titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos do Município de Ribeira Grande totalizaram 209.526,48 Euros em 2018.

#### Nota 13 – Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Contas	Custos e perdas	2018	2017
681 Juros suportados		110.474	107.462
682 Perdas em entidades participadas		0	0
683 Amortizações de investimento em imóveis		0	0
684 Provisões para Aplicações Financeiras		0	0
685 Diferenças de câmbio desfavoráveis		0	0
687 Perdas na alienação de aplicações de tesouraria		0	0
688 Outros custos e perdas financeiros		11.797	15.836
Resultados financeiros		710.072	572.639
		<b>832.343</b>	<b>695.937</b>

  

	Proveitos e ganhos	2018	2017
781 Juros obtidos		4.293	850
782 Ganhos em entidades participadas		0	0
783 Rendimentos de imóveis		828.050	694.544
784 Rendimentos de participações de capital		0	543
785 Diferenças de câmbio favoráveis		0	0
786 Descontos de pronto pagamento obtidos		0	0
787 Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		0	0
788 Outros proveitos e ganhos financeiros		0	0
		<b>832.343</b>	<b>695.937</b>

## Nota 14 – Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Contas	Custos e perdas	2018	2017
691 Transferências de capital concedidas		1.123.593	718.675
692 Dívidas incobráveis		6.722	2.501
693 Perdas em existências		9.332	4.188
694 Perdas em imobilizações		313.567	127.749
695 Multas e penalidades		226	107
696 Aumentos de amortizações		0	0
697 Correções relativas a exercícios anteriores		47.974	125.691
698 Outros custos e perdas extraordinárias		15.019	47.039
Resultados extraordinários		489.921	1.247.562
		<b>2.006.353</b>	<b>2.273.511</b>

  

	Proveitos e ganhos	2018	2017
791 Restituição de impostos		0	0
792 Recuperação de dívidas		0	0
793 Ganhos em existências		7.279	2.906
794 Ganhos em imobilizações		31.489	362.034
795 Benefícios de penalidades contratuais		10.929	15.105
796 Reduções de amortizações e provisões		6.312	11.437
797 Correções relativas a exercícios anteriores		7.025	15.416
798 Outros proveitos e ganhos extraordinários		1.943.319	1.866.613
		<b>2.006.353</b>	<b>2.273.511</b>

## Nota 15 – Desdobramento da conta de provisões e movimentos do exercício

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Anulação/ Reversão	Saldo Final
Riscos e Encargos	34.853	0	34.853	0
<b>TOTAL</b>	<b>34.853</b>	<b>0</b>	<b>34.853</b>	<b>0</b>

## Nota 16 – Outras informações exigidas por diplomas legais

Obrigações / Pagamentos							
Origem	Destino	Tipo de fluxos	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações ao exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	6= (2+3) - (4+5)
EIRSU	MRG	Prestações de Serviços	49.337	582.844	0	586.222	45.960
A PONTE NORTE	MRG	Prestações de Serviços	16.176	479.283	0	495.460	0
		Total	65.514	1.062.127	0	1.081.681	45.960

  

Direitos / Recebimentos							
Origem	Destino	Tipo de fluxos	Saldo Inicial	Direitos constituídas no exercício	Anulações ao exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	6= (2+3) - (4+5)
MRG	EIRSU	Prestações de Serviços	-49.337	-582.844	0	-586.222	-45.960
MRG	A PONTE NORTE	Prestações de Serviços	-16.176	-479.283	0	-495.460	0
		Total	-65.514	-1.062.127	0	-1.081.681	-45.960

Desagregação do endividamento consolidado de médio e longo prazo

Dividas a terceiros de médio/longo prazo			
Designação das Contas	Município da Ribeira Grande	Restante Grupo Público	Total
Empréstimos de Médio Longo Prazo	10.597.123	0	10.597.123
<b>Total</b>	<b>10.597.123</b>	<b>0</b>	<b>10.597.123</b>